

- ◀ volta ao índice
- ▲ volta ao sumário

5. Artigos

5.1. Amortecimento da recessão e a ação dos bancos públicos

Profª. Drª. Maria Alejandra Caporale Madi
Instituto de Economia/UNICAMP

Os dados apresentados pelo IBGE a respeito da redução de 0,8% do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2009, em relação ao quarto trimestre de 2008, sugerem um amortecimento dos impactos da crise internacional sobre a economia brasileira. No entanto, um olhar mais detido sobre a composição da demanda agregada no primeiro trimestre de 2009 revela que os mecanismos de transmissão da crise internacional foram responsáveis pela queda significativa das exportações e importações de bens e serviços (16% e 16,8%, respectivamente) e da formação bruta de capital fixo (12,6%). Quanto aos componentes da demanda interna, a queda na formação bruta de capital fixo em relação ao quarto trimestre de 2008 foi apontada pelo IBGE como a maior redução desde o início da série em 1996 e certamente terá impactos decisivos sobre o PIB potencial. Nesse quadro, a evolução do PIB no primeiro trimestre, na comparação com o quarto trimestre de 2008, revela a evolução favorável das despesas em consumo das famílias (0,7%) e da administração pública (0,6%), responsáveis por 64,84% e 22,38% do PIB nominal no período.

Sob o impacto da conjuntura internacional recessiva e da revisão de expectativas quanto ao futuro da demanda doméstica e dos lucros, todos os sub-setores da indústria de transformação apresentaram taxas negativas de variação quanto ao valor adicionado, particularmente pela redução na produção de máquinas e equipamentos, veículos automotivos, mobiliário, vestuário e calçados, assim como na metalurgia. O valor adicionado na construção civil sofreu retração de 9,8%. Adicionalmente, a queda do PIB esteve associada a um desempenho negativo do setor de serviços: o comércio (atacadista e varejista) apresentou taxa negativa de 6%; os serviços de transporte e armazenagem também foram afetados desfavoravelmente pelos resultados da indústria. Cabe lembrar que a indústria foi responsável por 20,85% do PIB no primeiro trimestre, enquanto os serviços e a agropecuária corresponderam a 58,51% e 6,01%, respectivamente.

Vários fatores contribuíram para o amortecimento dos impactos da crise no período analisado. Uma das faces implícitas do resultado atingido pelo PIB no primeiro trimestre de 2009 pode ter sido a expansão dos bancos públicos no mercado de crédito. Segundo o BACEN, a participação relativa dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro aumentou para 37,15% em fevereiro, para 37,6% em março, ante 34,2% em março de 2008.

Tabela 1. Operações de crédito do sistema financeiro, saldo por atividade econômica, primeiro trimestre de 2009, variação %.

	Público 1/	Privado nacional	Estrangeiro
Setor público	4,2	-0,4	-7,1
Setor Privado			
Indústria	2,8	1,2	-2,6
Habitação	8,0	3,7	7,1
Rural	2,0	-3,5	2,3
Comércio	3,5	-7,2	-6,1
Pessoa Física	9,3	3,5	0,1
Total setor privado	4,8	-0,9	-0,4
Total Geral	4,8	-0,9	-1,0

- ◀ volta ao índice
- ▲ volta ao sumário

1/ Refere-se às instituições em que os governos federal, estadual ou municipal detêm participação superior a 50% no capital votante, de acordo com a Carta-Circular 2.345, de 25.1.1993.
Fonte: Banco Central do Brasil.

A Tabela 1 ilustra de maneira exemplar o papel desempenhado pelos bancos públicos no sentido de expandir fluxos de crédito aos setores público e privado, num cenário de retração do total geral do saldo das operações de crédito nas instituições financeiras privadas nacionais e estrangeiras. Os dados apresentados pelo BACEN sugerem que os bancos públicos destacaram-se no enfrentamento das necessidades de liquidez de empresas (indústria, habitação, rural e comércio) evitando maiores desequilíbrios patrimoniais no contexto do quadro recessivo e da restrição de financiamento internacional. No setor financeiro público, a carteira de crédito voltada às pessoas físicas também apresentou resultado expressivo quando comparada à carteira das instituições financeiras privadas nacionais e estrangeiras. Nesse sentido, a avaliação dos mecanismos de gestão da crise no Brasil envolve a análise dos impactos da gestão creditícia no setor financeiro público. Assim, a importância das ações recentes das instituições bancárias públicas coloca novos elementos para o debate sobre as relações Estado, mercado e sociedade no Brasil do século XXI.

5.2. Responsabilidade Pré-contratual

Adriano Wilhelms

Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região

INTRODUÇÃO

O princípio da autonomia da vontade influencia todo o direito privado e, em especial, os contratos. O liberalismo, presente no processo de codificação do século XIX, assenta-se nele, conferindo às partes ampla liberdade para fazer as estipulações que lhes interessarem.

Todas as cláusulas são válidas, desde que não contrariem expressa disposição de lei. Nesse sentido, a própria CLT proclama em seu artigo 444 afirmando que

“As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos (atualmente convenções coletivas) que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes”.

Portanto, respeitadas as normas de proteção, pode o contrato de trabalho ter cláusulas estabelecidas consoante a vontade das partes.

Mas, e antes da contratação? Podem as partes se portar de qualquer forma? Não existe qualquer padrão de conduta exigível? O direito de não contratar é realmente absoluto? Pode haver responsabilização pela recusa de contratar?

Essas questões atinentes à fase de formação do contrato de trabalho se constituem no objeto de nosso estudo que ora se inicia.

Discorreremos, num primeiro momento, sobre os contratos em geral, migrando, posteriormente, para um estudo do contrato de trabalho. A seguir, faremos uma breve exposição acerca da responsabilidade civil, culminando com o estudo da responsabilidade pré-contratual. Eis o nosso plano de trabalho.

1. O CONTRATO DE TRABALHO

1.1. CONCEITO DE CONTRATO